



História da Historiografia

ISSN: 1983-9928

Brazilian Society for History and Theory of Historiography  
(SBTHH)

Quadros, Eduardo Gusmão de  
As “artes da memória” em Michel de Certeau  
História da Historiografia, vol. 15, núm. 38, 2022, Janeiro-Abril, pp. 17-38  
Brazilian Society for History and Theory of Historiography (SBTHH)

DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v15i38.1782>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597771344001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UABM [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## As “artes da memória” em Michel de Certeau

### The “arts of memory” in Michel de Certeau

Eduardo Gusmão de Quadros <sup>a b</sup>

E-mail: Eduardo.hgs@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0645-6901> 

<sup>a</sup> Universidade Estadual de Goiás, Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas, Departamento de História, Goiânia, GO, Brasil

<sup>b</sup> Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Departamento de História, Goiânia, GO, Brasil

## RESUMO

No campo da pesquisa histórica, Michel de Certeau tornou-se conhecido pelo trabalho da década de 1970 “A operação historiográfica”, que foi inserido na obra *A escrita da História*. A abordagem original que dera ao tema serviu de plataforma para várias investigações posteriores. Entretanto, a relação tensa inserida entre o conhecimento do passado e as “artes” da memória não receberam a devida atenção nos estudos históricos ou culturais. Esse é o objetivo deste artigo, buscando aprofundar as intuições postas acerca da temporalidade, do ato de lembrar e seu potencial de inconformidade. O intuito é apresentar hermeneuticamente a parte dedicada ao problema na obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, publicada na França em 1980. Observa-se na reflexão, um distanciamento entre memória e historiografia, não apenas devido às capacidades e as características típicas da escritura, mas principalmente captado sob a influência da filosofia pragmática e da abordagem bioenergética da lembrança. As tensões apontadas pelo autor permaneceram pouco exploradas, posteriormente, na Teoria da História.

## PALAVRAS-CHAVE

Michel de Certeau; Memória; Historiografia.

## ABSTRACT

In the field of historical research, Michel de Certeau became known for the work of the 1970s “The historiographical operation”, which was included in your work *The Writing of History*. The original approach given to subject contributed as a platform to several subsequent investigations. However, the tense relationship between knowledge of the past and the “arts” of memory hasn’t received due attention in cultural studies neither schoolers with Certeauian perspective. This is the objective of this article, seeking to deepen the intuitions about temporality, the act of remembering and its potential for nonconformity. The aim is, hermeneutically, explore the part dedicated to problem in the work *The Practice of Everyday Life*, published in France in 1980’s. In this reflection, a gap between memory and historiography is observed, not only because the capacities and typical characteristics of Scripture, but mainly captured under the influence of pragmatic philosophy and the bioenergetic approach to remembering act. The tensions pointed out by the author remained little explored in Theory of History area.

## KEYWORDS

Michel de Certeau; Memory; Historiography.

Só houve um tempo.  
E o tempo não tem adjetivos: é, foi, faz-se.  
J. C. Capinan

É preciso certo cuidado para adentrar nos textos de Michel de Certeau. Ele se considerava, antes de tudo, um historiador<sup>1</sup>, contudo sua formação erudita em várias áreas faz das entrelinhas de sua escrita um verdadeiro campo de diálogo. Some-se o fato de que o pensador francês pertenceu à Companhia de Jesus e permaneceu padre por toda sua vida. Isso não é tão comum em nosso meio acadêmico – nem na França –, especialmente nos debates que percorremos pela teoria da história.

Seu texto mais lido, estudado, comentado e aplicado nos cursos de História até hoje é aquele intitulado “A operação historiográfica” (CERTEAU, 2000, p. 65-119). Esse trabalho tem uma história curiosa, pois de modo mutilado e com um título distinto – “A operação histórica” – foi colocado como capítulo de abertura da coletânea que serviu de plataforma da *História Nova* francesa (LE GOFF; NORA, 1995, p. 17-48). O próprio título dessa coletânea, em francês *Fazer história*, foi retirado de um artigo de Michel de Certeau publicado em 1970, que havia impressionado os organizadores (CERTEAU, 2000, p. 31-64). O capítulo apresenta uma perspectiva distinta dos demais textos selecionados da coletânea, o que fez Hayden White (2008, p. 39) classificá-lo como um “estranho suspeito” no meio do *establishment* historiográfico francês. Além disso, ao elidir todo o item acerca da escritura<sup>2</sup>, foi editado desrespeitando a visão tripartite da historiografia proposta pelo autor.

O roteiro certeuniano tem sido retomado, de modo cada vez mais influente, para pensar a questão: o que fabricam os historiadores quando pretendem fazer história? (CERTEAU, 2000, p. 65). Pode-se afirmar, portanto, que sua concepção contribuiu para o uso frequente que o termo possui atualmente, ainda que, na década de 1980, Carbonell continuasse a conceituar historiografia enquanto “história da história” ou, para ser mais preciso, “a história do discurso que os homens têm sustentado sobre o seu passado” (1987, p. 9).

<sup>1</sup> A afirmação de que era, antes de tudo, um historiador encontra-se em um requerimento a seu superior para vir em missão ao Brasil em 1968 (CERTEAU *apud* DOSSE, 2002, p. 175). Cerca de quinze anos depois, repetiria que, apesar de ser conhecido por estudos de semiótica e psicanálise, era um historiador (CERTEAU, 1983, p. 6).

<sup>2</sup> A historiografia é composta por “um lugar social”, “uma prática” e “uma escrita”, como aparece no artigo completo. As três dimensões são fundamentais para pensar “o que fazem os historiadores”, como demonstra Paul Ricoeur, que as retomou na estrutura de sua obra magna (RICOEUR, 2007). Uma avaliação do impacto da *operação historiográfica* em Zeitler (2015).

Outra forma de registrar a temporalidade não está escrita, mas inscrita nos aspectos mnemônicos. Tal temática é importante para repensar a produção historiográfica, especialmente se não nos contentarmos com a aproximação demasiada rápida e superficial entre as duas formas de demarcação do tempo decorrido. Este artigo chama atenção para a questão da memória no pensamento de Michel de Certeau, demonstrando sua relevância na organização da sociedade contemporânea, bem como refletindo sobre seus motivos para propor uma forte distinção, que às vezes beira a contraposição entre história e memória.

## A invenção sempre inacabada

O tema da memória aparece em pequenos fragmentos nos textos certeauianos. Seu primeiro artigo acadêmico, publicado em 1956, relacionava-o com a experiência religiosa e com a habilidade mnemônica de fazer perdurar o registro sagrado no tempo (QUADROS, 2004). Além disso, no diálogo intenso estabelecido com a psicanálise, o tema surge apontando as formas distintas de trato com a temporalidade, as estratégias apartadas de articular o passado e o presente, bem como o modo diferente de construir os relatos (CERTEAU, 1990). Entretanto, nada se compara ao aprofundamento feito no projeto de investigação intitulado *A invenção do cotidiano*.

Sob encomenda do Ministério da Cultura, o pesquisador reuniu em meados da década de 1970 um grupo de pesquisa para debater as práticas culturais dos franceses. O resultado ficou inacabado, pois foi interrompido por mudanças do departamento estatal que havia contratado o grupo (GIARD, 1996, p. 15). Em 1980, já encerrado o projeto, foram publicados o primeiro volume, mais teórico, sobre as “artes de fazer” e o segundo volume, de teor mais empírico, sobre o morar e o cozinhar. O terceiro volume, tratando das “artes de dizer”, em que retornaria às questões da memória, nunca foi completado (GIARD, 1996, p. 26).

A dúvida que fica é: por que convidar um historiador, filósofo e jesuíta para um tema tão pertinente à sociologia ou à antropologia urbanas? Lendo o texto introdutório de Luce Giard aqui referido, que compunha a equipe, tem-se a impressão de que o convite viera após a publicação do livro *A cultura no plural* (CERTEAU, 1995), que ocorreu em 1974, até pela proximidade entre as datas. Contudo, aconteceu o inverso, sendo os últimos capítulos desse livro já uma exposição de como Certeau planejava construir sua “topografia” das práticas culturais. Ele ressalta:

sistema de relações mais do que lugar unívoco, a cidade requer uma conexão de espaços diferenciados entre si (porque definidos cada um pelas sociedades que a habitam) e, todavia, superpostos (aos sistemas que se cruzam em “treliças”, acrescenta-se a sedimentação de sistemas históricos). À homogeneidade abstrata de uma racionalidade única, as experiências tentam substituir uma estrutura de pluralidade em que, por exemplo, o habitat de uma minoria não tome a forma de abscesso, mas seja reconhecido como um modo espacial de existir entre outros, sem que, no entanto, deles se isole (CERTEAU, 1995, p. 212).

O autor rejeita, desse modo, as “prisões” da linguagem estruturalista, que visam a homogeneização, bem como a divisão simplista baseada nos recortes de classe. Ainda assim, está atento às desigualdades no acesso aos “bens” culturais e entende o mundo urbano como sistemas de linguagem sobrepostos, cada qual em sua radical historicidade. Foi com esse enfoque, permeando os grandes paradigmas teóricos, que ele abriu espaço nos meios burocráticos. O próprio ministro Jacques Duhamel utiliza os termos certeunianos ao propor as ideias mestras que guiariam sua atuação: “criatividade, e não reprodução; atividade, e não consumo; responsabilidade, e não facilidade; pluralidade, e não unidade; comunicação, e não conservação” (*apud* DOSSE, 2002, p. 448).

Ao final dos anos 1960 e início dos 1970, os estudos tratando da vida cotidiana na França não costumavam dar tanta ênfase ao *plural* e à *criatividade* dos sujeitos. De um lado, havia a tradição marxista inspirada pelos amplos estudos de Henri Lefebvre. Essa reflexão valorizava o conhecimento dos “homens comuns” e suas práticas, colocadas sob o imperante signo da reprodução. Chega-se a afirmar que o cotidiano é imemorial, está enraizado “naquilo que não tem data” (1991, p. 31). O objetivo é, portanto, demonstrar como a cultura ordinária produz a alienação capitalista e realizar uma profunda crítica, visando superá-la na “revolução cultural permanente” (1991, p. 205). A outra vertente predominante de estudos pode ser exemplificada pelo estruturalismo, ainda que matizado, de Pierre Bourdieu. Nos anos 1970, ele elaborou muitas reflexões teóricas e empíricas, sintetizadas pelo grande estudo sobre *A distinção* (BOURDIEU, 2007). No livro ele analisa, utilizando uma densa quantidade de questionários e inúmeras tabelas estatísticas, o consumo, ou “a produção social do gosto”, enquanto elemento fundamental de hierarquização social. O cotidiano manifesta diretamente o *habitus*, essa “estrutura estruturante” gerada no *douto desconhecimento* de pertencer a um espaço social delimitador (2007, p. 190).

O caminho traçado por Certeau foi outro, bem mais marcado pela etnometodologia norte-americana. Ele pode ser inserido no que Dosse denominou “o desvio americano” (2003), chegando a ir trabalhar *full time* nos Estados Unidos (Universidade de San Diego, Califórnia) no final da década de 1970. O clima juvenil de inquietação e as manifestações da contracultura, tão vivas naquela época, despertaram a atenção do pensador jesuíta, que já tinha passado algumas temporadas por lá antes de ir como professor universitário. As ideias da *etnometodologia* estavam em voga nas universidades californianas, chamando atenção para a perspectiva de estudar as “representações do cotidiano” e criticando profundamente a tendência “de considerar o ator social como um ‘idiota cultural’, assim como era usual na tradição epistemológica francesa, a ruptura radical entre o saber científico e o senso comum” (2003, p. 98). No livro de Certeau, ele escreveria esse princípio epistemológico básico: “não se se devem tomar os outros como idiotas” (1996, p. 273).

Pode-se considerar essa obra como uma análise da vida moderna ou da “historicidade contemporânea”, como escreve o autor (CERTEAU, 1996, p. 72). Um projeto inacabado que corresponde a uma modernização sempre incompleta, cheia de falhas e que jamais consegue enquadrar o *movimento browniano* dos sujeitos.<sup>3</sup> Essa perspectiva foi explorada por Éric Maigret (2000), ao apontar “três heranças” deixadas por Certeau para se pensar o mundo atual:

1. Uma reflexão epistemológica acerca da história, em que aponta para a necessária relação com a alteridade, condição de se pensar o tempo, as mudanças e permanências. Seus críticos chegam a denunciar uma “apologia da diferença” em suas noções, mas o que o interessava nos textos históricos que produziu era demonstrar as racionalidades complexas, e até contraditórias, dos atores enredados nos quadros do poder (MAIGRET, 2000, p. 518).
2. Uma socioantropologia das crenças, em que afasta o ato de crer da esfera específica das manifestações religiosas. Podemos inserir suas críticas à metafísica ou à noção totalitária do real dentro dessa linha de análise, a que dedicou os últimos cursos e textos. Ora, tal noção “totalitária” de domínio da realidade está bem presente no discurso histórico, o que fez alguns historiadores considerarem a forma certauniana de argumentar como sendo “pós-moderna” (VAINFAS, 2002, p. 39). As crenças circulam amplamente na sociedade, atingindo a política,

<sup>3</sup> É o movimento aleatório das partículas em um fluido, resultante da colisão com outros átomos ou moléculas. A metáfora foi utilizada por Certeau para indicar a instabilidade de qualquer sistema de controle perante as astúcias das pessoas (1996, p. 47).

o lazer, o esporte, a *mass media*, até o campo científico. Todas essas esferas procuram mobilizar o ato de crer, ou seja, no dia a dia têm captado o “crédito” atribuído pelos sujeitos. Em síntese:

a crença não repousa mais em uma alteridade invisível, escondida por trás dos signos, mas em cima daquilo que outros grupos, outros campos, ou outras disciplinas supostamente são. O ‘real’ é aquilo que, em cada lugar, a referência a um outro faz acreditar (CERTEAU, 1996, p. 289).

3. Uma nova teoria da produção-recepção, por meio da qual critica com radicalidade os poderes institucionais, e as noções deterministas que pressupõem a capacidade tanto para manipulação quanto para alienação das pessoas. Essa é a principal perspectiva demonstrada nas páginas d’*A Invenção do Cotidiano*, utilizando ali uma escrita poética, de toque personalista e cheia de volteios barrocos. Ao explorar o paradoxo de que o consumidor produz, Certeau queria formular uma teoria que tente explicar os pertencimentos, duradouros ou fugazes, a constelação dos gostos, a complexidade lógica das práticas e as múltiplas habilidades de uma crítica cognitiva difusa presentes no estabelecimento dos vínculos sociais (MAIGRET, 2000, p. 537).

O projeto de pesquisa encomendado nunca foi concluído, mas isso não impede que se perceba a necessidade de continuar essas linhas mestras, de fazer render tais “heranças”. Os infinitesimais espaços de liberdade, tão ressaltados na obra certeuniana, ainda insistem em se deslocar no dia a dia, seja como relíquias de outros tempos, seja enquanto microutopias sonhadas. A proposta de uma “polemologia do fraco” (CERTEAU, 1996, p. 44) continua a nos desafiar.

## As artes dos desapoderados

A partir dessa ênfase, podemos entender os motivos das críticas às abordagens de Michel Foucault e de Pierre Bourdieu que abrem a segunda parte de *A invenção do cotidiano*. É nela que a “arte da memória” será desenvolvida de maneira mais sistemática. Isso significa que, respeitando a organização feita pelo autor, o capítulo anterior lança sua luz sobre o posterior.

Os enfoques teóricos da década de 1970 predominantes na França herdaram dos anos 1960 um certo anti-humanismo associado à forte crítica aos poderes institucionais.



O sujeito ficou desacreditado – conforme o famoso slogan da “morte do homem” – bem como o ideal de liberdade, que passou a ser considerado algo “metafísico”. Na reavaliação crítica tecida por Ferry e Renaut, o indivíduo deixara o domínio de si mesmo, tendendo “a não mais perceber o outro como um outro sujeito, como uma outra consciência voluntária com a qual a relação intersubjetiva tomaria a forma de um reconhecimento recíproco das liberdades” (1988, p. 91).

Embora fosse na década de 1970, a perspectiva certeuniana se levantava contra isso. Ela concebia a vida cotidiana como um espaço de luta e conflito (*polemos*, em grego), ainda que não fosse mais a sonhada *Revolução* dos anos 1960. Ao mesmo tempo, vê na parte mais “fraca”, nos desapoderados perante o sistema de dominação, uma semente (*polem*, em grego) de contestação incessante.

Para captar as razões (*logos*) infinitesimais de lutar cotidianamente, Michel de Certeau retomou alguns conceitos básicos do general prussiano Carl von Clausewitz. Ao relacionar intimamente guerra e gestão política, o militar do início do século XIX propôs que as batalhas são uma “arte” quando o objetivo central é levar adiante um modo de fazer, e concomitantemente uma ciência, quando a meta é atingir um saber (CLAUSEWITZ, s/d, p. 121). Temos, então, essa ideia ambígua de uma técnica do domínio que se coloca como saber-fazer e como arte-ciência, reunindo elementos que foram sendo distintos na história do pensamento ocidental (retornando à noção de *teknè* do grego clássico). A guerra, ensinava o general, de fato “não pertence nem à arte nem à ciência, mas ao campo da vida social” (CLAUSEWITZ, s/d, p. 122). Tal ambiguidade noética, como se viu, foi inserida no subtítulo da obra certeuniana, já que constitui um projeto das instituições que conformaram a modernidade a esse modo de captação da subjetivação social.

Há ainda o par conceitual estratégia e tática, constituinte elementar de uma guerra. Escreve o militar que a estratégia dispõe melhor do tempo e do espaço, podendo calcular as forças do inimigo; já na tática opera-se no tempo mínimo do imediato, sendo os guerreiros levados pelos próprios movimentos (s/d, p. 157 e 200). Michel de Certeau retoma esses conceitos de forma relacional e interdependente em seu livro, aplicando-os ao capitalismo contemporâneo. Por estratégia, se refere ao

cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade

de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc) (CERTEAU, 1996, p. 99).

Destaca-se a identificação do outro a ser conquistado, correlato à conservação ou ao enriquecimento do próprio, de si mesmo. Isso acarreta uma série de racionalizações, de controle de dados, de tentativas para neutralizar o acaso e a incerteza. Já a tática ocorre dialeticamente por não acumular esse próprio:

então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada de previsão e convocação própria (CERTEAU, 1996, p. 100).

Na invenção da vida cotidiana, a tática ocorre aproveitando a ocasião. Busca “se dar bem” por meio da astúcia, escapando das redes de controle. Ali se recria, tenta juntar forças, sendo a típica “arte do fraco” (1996, p. 101). Depende mais do hábil aproveitamento do tempo, mesmo que seja de um simples instante (1996, p. 102). Mas é bom lembrar que nós, os estudiosos da sociedade, também possuímos nossas estratégias e táticas ao formular os métodos de análise dos discursos, pensamentos e ações dos sujeitos (1996, p. 152).

No livro em tela, Certeau tomou duas perspectivas coetâneas para demonstrar tais estratégias teórico-metodológicas. Em primeiro lugar, está o estudo de Michel Foucault (2001), que tomou a metáfora da prisão enquanto princípio organizador da “sociedade disciplinar”. Como é corrente no pensamento desse filósofo, ele faz uma crítica radical dos princípios iluministas, para demonstrar como as promessas da *Razão* são engodos. Ela, na verdade, tem criado mecanismos de exclusão e opressão, com vistas à utopia de edificar um grande panóptico social que atingiria a todos.

O livro *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, obteve grande repercussão e podemos encontrar no diálogo teórico com o amigo homônimo pontos de concordância.<sup>4</sup> Entretanto, do ponto de vista do cotidiano, Michel de Certeau está realmente interessado em perceber o inverso da disciplina, ou seja, encontrar as marcas deixadas

<sup>4</sup> Sobre essa relação, pode-se ler a bela homenagem póstuma intitulada *O riso de Michel Foucault* (CERTEAU, 2011). Para um estudo mais aprofundado das divergências entre ambos, André Bocchetti (2015) fez bons comentários.

por “uma atividade inumerável entre as malhas das tecnologias instituídas” (1996, p. 116). Dentro da paisagem admirável do olho divino que tudo seria capaz de ver, “sobreviveria um ‘politeísmo’ de práticas disseminadas, dominadas mas não apagadas” (1996, p. 115). Tal fuga poética, bem como política, não deixou de ser percebida por Foucault posteriormente, ao formular a seguinte regra: “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91).

Já com Pierre Bourdieu, as divergências eram antigas, a exemplo da resenha que fez da obra *A Reprodução* nas páginas da revista jesuítica *Études*, em 1971. Observando que ao invés da continuidade que a educação promoveria nos estudantes, eles na verdade são lançados inconscientemente em um domínio social de classe, Michel de Certeau critica “o reducionismo que pretende negar toda pertinência da ação”, denunciando “a visão mecanicista e puramente instrumental do mundo, que torna impossível a criatividade humana” (CERTEAU *apud* DOSSE, 2002, p. 192).

Quando abordou a vida cotidiana, ele preferiu dialogar com os estudos reunidos no livro *Esboço de uma Teoria da Prática*, publicado por Bourdieu em 1972 (BOURDIEU, 2002), pois a grande pesquisa acerca de *A Distinção* (BOURDIEU, 2007) estava em elaboração concomitante. Mesmo assim, houve tempo para Certeau incluir pequenas referências à última, chamando-a ironicamente de “uma epopeia social do ‘gosto’” (1996, p. 331). As aspas colocadas no termo *gosto*, retirado do subtítulo da obra, demonstra que havia uma discordância com a relação de dependência apontada entre o que as pessoas apreciam e consideram bom e sua posição de classe.

Esse “sociologismo” pode ser demonstrado por meio do conceito de *habitus*. É um dos conceitos mais originais formulados por Bourdieu e tem sido utilizado para explicar diversas situações, para responder a um grande número de questões, como se fosse, diz Certeau, um placebo virtual (1996, p. 134). Tornou-se, assim, um “personagem” a ser encontrado de forma investigadora na teoria social, firmada de maneira cada vez mais dogmática e escolástica (1996, p. 127).<sup>5</sup> Por ser quase metafísico, o *habitus* se assemelha ao motor imóvel que tudo move, visível somente por meio de práticas e discursos. De natureza totalizante, esse conceito pretende explicar as origens do agir, desenhando “um ator passivo e noturno” no palco “da multiplicidade astuciosa das estratégias” (1996, p. 126).

<sup>5</sup> Ao destacar a origem medieval do termo, mantido em latim, Certeau afirma que a teoria de Bourdieu “se sustenta hoje em um impressionante aparelho de termos e axiomas escolásticos...” (1996, p. 332). Sabe-se da crítica que Bourdieu teceu sobre esses mecanismos linguísticos de *status* social, podendo-se afirmar que o feitiço se voltou contra o feiticeiro.

Os “desvios” da historicidade resistem à beleza e ao formalismo dos modelos sociológicos. Até porque, trata-se de atos nem sempre tão lógicos assim. A memória imobilizada do *habitus* e a inconsciência do *gosto* deveriam render como um *capital* a ser multiplicado. Isso pode ser válido para “uma economia do lugar próprio” (1996, p. 123). Contudo, segundo Michel de Certeau, o principal é explorar os pontos cegos do panóptico ou os desencaixes da maquinaria de reprodução social. As teorias sociais querem ver e revelar, enquanto as práticas ordinárias pululam, invisibilizadas pelas próprias instituições que, muitas vezes, as provocam. A interrogação teórica deveria, portanto, considerar seriamente o que exclui, aquilo que resiste aos seus poderes, pois “ela é a memória desse ‘resto’” (1996, p. 132).

## Na astúcia do lembrar

Podemos agora compreender melhor as *artes* da memória na concepção certeuniana, que é bastante distinta da *Ars Memoriae* estudada por Yates (2007). Elas emergem entre as táticas e as estratégias dos sujeitos, entre legitimações e ocasiões vitais, entre racionalizações e golpes astutos. Enquanto arte, guardam obviamente seu aspecto criativo, bem como recreativo. Assemelham-se às “traquinagens” da infância, rompendo-se com as regras estabelecidas hierarquicamente. Até porque, retomando a origem etimológica da palavra *in-fans* – quem não fala – “é um saber que opera fora do discurso estabelecido e que lhe falta” (1996, p. 137). De forma complementar, “a arte constitui em relação à ciência um saber em si mesmo essencial mas ilegível sem ela” (1996, p. 140).

Não se deve presumir disso alguma autoridade. Mesmo que retorne às noções de pensadores iluministas e cientificistas, Certeau na verdade quer desestabilizar a semântica desses termos, borrar as linhas de quem redige aqueles doutos registros considerados clássicos. As enciclopédias não registram “o saber não sabido” das práticas ordinárias, feitas no dia a dia, prosaicamente por todos ou, talvez, por ninguém em específico (1996, p. 143). A historiografia também não narra esse aspecto.

O capítulo em que desenvolve sua teoria da memória inicia com uma discussão acerca da narratividade. A vida cotidiana é composta de pequenos eventos que, mesmo contados em modo indicativo, indicam muito pouco. A narrativa é “uma arte do dizer”, não uma descrição pormenorizada de cada ação e de cada sentimento. Não se trata exatamente da atribuição semântica já atribuída pelos sujeitos ao relatar, o que é clarividente, mas desse distanciamento fictício ao tratar do tempo. A história narrada “se afasta do real” (1996, p. 153) por uma infinidade de gestos e expressões.

Michel de Certeau afasta os fatos da concepção de verdade? Ou propõe levar mais a sério as operações da linguagem que convertem fatos em verdades? Pensamos que o autor francês tentou fazer ambos quando buscou compreender os homens e mulheres comuns, os atos corriqueiros em sua enraizada historicidade. Por isso ele supõe que “uma teoria do relato é indissociável de uma teoria das práticas, como a sua condição (ocorre) ao mesmo tempo que sua produção” (1996, p. 153).

Especialista nos séculos XVII e XVIII, ele parece retomar a antiga noção de prática, ainda muito próxima de discurso, anterior à formação do lugar epistemológico das ciências humanas. Na interpretação de François Dosse, há uma tensão indissociável entre discursos e práticas que “habita toda a obra de Certeau, já que ele refletia a partir do centro desta interrogação, postulando ao mesmo tempo a necessidade e a impossibilidade de escrever as práticas” (2002, p. 499).

Reunindo os dois, afirma Certeau que “o relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz” (1996, p. 156). Portanto, ele retoma o tópico dos relatos ao tratar da “retórica” do caminhar, a gramática espacial dos andarilhos na malha urbana. Nesse espaço amplo, tão fácil de se perder, o principal dos caminhanes é fabricar lugares, ou seja, criar uma ordenação estável onde se possa coexistir (1996, p. 201). Os relatos podem transformar dinamicamente espaços em lugares ou lugares em espaços, dependendo das relações significativas estabelecidas e das combinatórias articuladas pelas necessidades dos passantes.

Ou pelos sonhos deles. O identificável – nomes atribuídos aos lugares, por exemplo – invoca os traços mnemônicos, pois “memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar” (1996, p. 190). A experiência, portanto, se afasta ordinariamente do agora para manifestar um palimpsesto de temporalidades. O antes e o além se movimentam, tomam uma “metáfora”<sup>6</sup> que os transportam para uma unidade momentânea.

A memória percorre, atravessa, não pertence a um tempo determinado, muito menos ao passado, como esclarece o autor em uma de suas notas (1996, p. 335). Além disso, ela não tem lugar particular:

a dispersão dos relatos indica já a do memorável. De fato, a memória é o antimuseu: ela não é localizável. [...] O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que

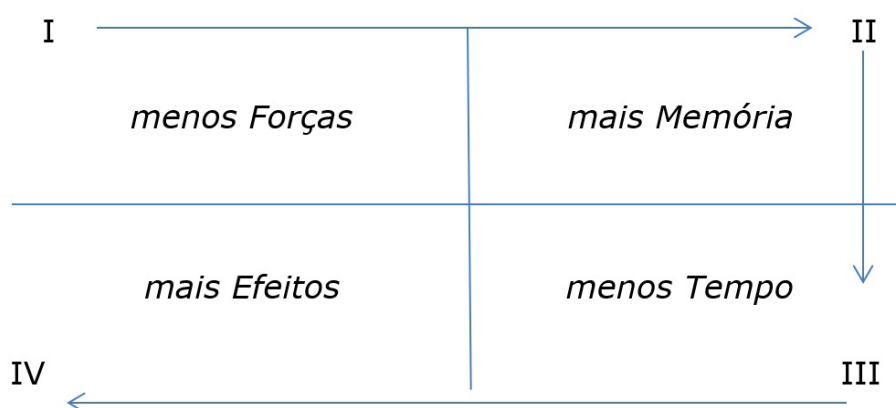
<sup>6</sup> Michel de Certeau lembra que na Atenas hodierna os transportes se chamam *metaphorai*. “Para ir para o trabalho ou voltar para a casa, toma-se uma ‘metáfora’ – um ônibus ou um trem” (1996, p. 199).

se mostra designa aquilo que não é mais... Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento (1996, p. 189).

Por mais que Pierre Nora tenha admiração pela inteligência e pelas pesquisas históricas feitas por Certeau (DOSSE, 2002, p. 18), tal perspectiva rompe com sua noção de “lugares de memória” (NORA, 1993). Na introdução conceitual que redigiu propondo o tema de investigação, ele confunde memória com um arquivo de registros (1993, p. 15), nega que haja qualquer espontaneidade nela (1993, p. 13) e, de forma hierárquica, afirma a superioridade da história no mundo atual (1993, p. 9). Ainda assim, podem ser encontrados ecos longínquos do pensamento certeauniano, ao redigir frases como “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (1993, p. 12).<sup>7</sup>

Na obra de Certeau, a arte da memória não pertence ao tempo cronológico, nem ao tempo histórico; está fundamentada no *Kairós*, no “momento oportuno” (1996, p. 157). Como esclareceu Agamben, trata-se do tempo da decisão, em que se improvisa uma ação consciente. O tempo *kairótico*, ressaltado pelo pensamento estoico e pela teologia cristã, “concentra em si vários tempos [...], livra radicalmente o homem da sujeição ao tempo quantificado” (2005, p. 124). O tempo memorial, destarte, está inscrito em um campo de forças escondido entre as linhas da sujeição e da liberdade. Tal inserção está sintetizada no primeiro esquema (Figura 1) elaborado:

**Figura 1** - Esquema elaborado por Michel de Certeau



Fonte: CERTEAU, 1996, p. 158.

<sup>7</sup> Para Certeau, “os relatos de lugares são bricolagens. São feitos com resíduos ou detritos de mundo. [...] O material é-lhe fornecido pelos restos de denominações, de taxinomias, de predicados heroicos ou cômicos etc., ou seja, por fragmentos de lugares semânticos dispersos” (1996, p. 188).



O quadro fica aberto para interagir com os instantes, com os eventos e processos vitais que provocam as primordiais reações orgânicas. A memória indica um saber que atravessa tanto as experiências vividas quanto as possibilidades entrevistas na ocasião. Ela pode, enquanto duração, alterar o campo de forças e produzir, desse modo, mais efeitos oportunos nos quadros da situação.

No caso das ações cotidianas, quanto mais saber houver na memória, menos se precisa de tempo. Decisões mais rápidas diminuem o poder externo, assim como pouca memória aumentaria a capacidade da dominação por outrem. O saber-fazer concentrado nas lembranças torna o sujeito mais forte, ou mais astuto, para “escapar” dos cerceamentos circunstanciais, sendo capaz de romper com dispositivos do biopoder denunciados por Foucault (1988, p. 130).

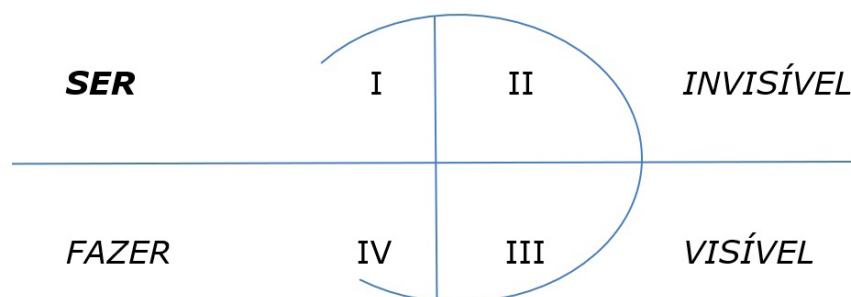
Michel de Certeau concebeu a memória dessa maneira pragmática, dinâmica, enérgica, astuta e política, muito mais que enquanto um registro epistemológico, como tem sido comumente considerada em sua utilização pela historiografia. Não foi tratada nem pela ótica da representação, nem pela da interpretação, como encontra-se na literatura acadêmica em geral. Além disso, o autor distinguiu os elementos do tempo e do espaço, que seriam “dimensões qualitativamente heterogêneas” (CERTEAU, 1996, p. 159), o que os historiadores costumam unificar, derivando um do outro.

Na sua ótica, o maior relevo é do espaço<sup>8</sup>. Afinal, do meio situacional depende a existência de qualquer organismo. As trocas com o ecossistema, osmóticas ou não, é que alimentam a vida. O tempo não. Ele atua como um fator externo, intervindo “de fora” e possibilitando as passagens: aquisições, reelaborações, excrescências. A memória emerge exatamente das alterações (CERTEAU, 1996, p. 162).

Outro esquema (Figura 2) feito pelo pensador francês trata dessas diferenças produzidas entre o ser e o fazer, o que é visível e o que é invisível no comportamento mnemônico:

<sup>8</sup> Para Hayden White (2008, p. 41), ele substituiu a ênfase tradicional conferida ao tempo pelo espaço, seguindo a teoria pós-estruturalista da historiografia. A nosso ver, não ocorreu exatamente essa substituição, mas uma priorização.

**Figura 2** - Esquema elaborado por Michel de Certeau



Fonte: CERTEAU, 1996, p. 160.<sup>9</sup>

A lembrança fica resguardada em um canto não visto do ser (II), mas emerge com nitidez no canto oposto, o do fazer (IV), quando ocorrer o momento oportuno. O lugar do ser pode ser alterado pela ação invisível do tempo, enquanto o espaço do fazer precisa visualizar o campo de forças em que irá intervir. A memória ajudaria, ainda, nos cálculos do poder de agir do ser e dos seus efeitos na formulação de uma nova situação ou, em suas palavras, seria “o meio de transformar os lugares” (1996, p. 162).

No intuito de reunir ambos os esquemas, Michel de Certeau elaborou uma pequena tabela (Tabela 1):

**Tabela 1** - Esquemas por Michel de Certeau

	(I) Lugar	(II) Memória	(III) Kairós	(IV) Efeitos
TEMPO		+	+	
FAZER			+	+
PARECER	+		+	+

Fonte: CERTEAU, 1996, p. 161.

O ato de lembrar, em sua concepção, opera transgredindo as “leis” que delimitam uma situação e provém de uma reação criativa; transporta os sujeitos para além do que parece ser, zona limítrofe da ficção com a verossimilhança. Os termos centrais do parágrafo que se segue a essa tabela apontam para a militância rebelde e intermitente no funcionamento memorial: transformar, produzir, romper, possibilitar, golpear, modificar, mudar, surpreender, furtar e distribuir.

<sup>9</sup> Nesse caso, para os fins didáticos da explicação, reunimos os dois círculos da figura original em um só.



Isso acontece porque, conforme a visão de Certeau, “longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita” (1996, p. 163). O ausente – um tempo de outrora – se atualiza no momento presente para ser convite, para somar e reunir, para obter uma vitória. O resultado é uma aparência estratégica, não uma essência, pois a “práxis é da ordem do ‘parecer’, e, portanto, separada do discurso que enuncia a ‘verdade’” (CERTEAU, 2015, p. 85). A memória se torna, desse modo, coletiva de outra maneira, se afastando dos “quadros” impositivos de Halbwachs (2013), sem dominar ou ser dominada. Ela é uma arma comunitária da *polemologia* que os desapoderados vivenciam no dia a dia, parte relevante das tentativas de assegurar mais força e esperança.

Já com a história é diferente, porque pertence a outra ordem do discurso e a outro lugar.<sup>10</sup> Os estudos que ressaltam os “enquadramentos” sociais ou as técnicas para obter informações das lembranças, afirma o autor, tentam exercer um controle sobre essa força viva (1996, p. 165). Daí a impressão de autonomia da temporalidade, daí a utilização intensa – e enganadora – da cronologia. A historiografia pertence à economia escriturária com suas estratégias habituais de exploração, de domínio sobre um “objeto”. Ela enxerga deficitariamente o novo e a improvisação, rejeitando a astúcia *kairótica* ao cultivar ciosamente os pressupostos científicos de observar o outrem para benefício próprio.

Nessa obra, Michel de Certeau aponta basicamente oposições entre as duas formas principais de relatar a unicidade do *tempo sem adjetivos*. A historiografia estaria sempre reconduzindo o poder memorial à normalidade (1996, p. 165). Tratar-se-ia de uma ênfase exagerada para demonstrar suas teses? Ou será que o alto grau de diferenciação apontado decorre diretamente da dinâmica contingente do cotidiano? Refletindo acerca dessas possíveis relações, inicialmente pensamos que, no máximo, a relação entre os dois espaços temporais tomaria forma assintótica. Entretanto, reconsiderando os quadros acima e a descrição feita da experiência temporal, sugerimos que o mais correto seria propor um corte perpendicular entre os planos, notando o ponto de intercessão da letra com a voz a abrir tais universos distintos. Eles são delimitados por temporalidades distintas, conquanto o fazer (a) história não elida o despertar potente da recordação.

Para aprofundar um pouco mais a hipótese interpretativa, teríamos que sistematizar melhor a teoria da linguagem manifesta na obra certeuniana. Sim, porque nesse ponto de encontro entre os planos estaria a presença da palavra. Talvez, o terceiro volume

<sup>10</sup> Acerca desse conceito, tão central no pensamento certeuniano, remetemos a um trabalho nosso, já antigo (QUADROS, 2007).

d'A *Invenção do cotidiano* ajudasse, já que estaria voltado para as *artes do dizer*, mas ele não chegou a ser escrito. Então, ficamos com a dinâmica da fala rivalizando com a imobilidade da escritura, ambas operando enquanto instrumentos de superação, sempre fictícia, da morte.

## Considerações finais

A economia da escritura, a que pertence a disciplina histórica, não corresponde exatamente ao ato da escrita. Michel de Certeau separava claramente esses dois conceitos. Jeremy Ahearne conta que o pensador francês não apreciava a tradução feita para a língua inglesa de *écriture* como *writing*, forma impressa no título de seu livro (CERTEAU, 1988),<sup>11</sup> preferindo que tivesse sido *scripture*. No imaginário norte-americano, a palavra remete logo às “sagradas escrituras”. Esse aspecto sacralizado e universal da escrita indica bem melhor o sistema escriturário surgido concomitante à modernização social e à expansão global do capitalismo. O texto escrito

assumiu com a modernidade um status ‘mítico’ baseado em sua capacidade operacional de articular (reunir e repartir), de uma maneira quase enciclopédica, uma vasta multiplicidade de práticas. Ele institui a ideia da ‘página em branco’ sobre a qual se ordenam elementos do mundo social e natural. Certeau fala na conquista capitalista de uma ‘empresa escriturária’, que combina ‘o poder de acumular o passado e trazer a alteridade para o universo da conformidade’, com seus modelos (AHEARNE, 1995, p. 165).

Quando se sugere que estamos enredados em relações de poder e de saber legitimados socialmente, devemos nos conformar? Cremos que o inverso fora intentado pelo historiador jesuíta. O projeto certeauniano, parece-nos, seria muito mais indicar a importância de se ter uma historiografia realmente crítica e reflexiva, ou seja, não fazer do “método crítico” algo somente para os demais, destinado às “fontes”, mas voltado para si próprios. De maneira complementar, ao abordar os outros, como fez em seus estudos – os subversivos na política, os subalternos na vida cotidiana, as possuídas na história do cristianismo, os místicos na história eclesiástica – Certeau apontava os

<sup>11</sup> Das traduções que conhecemos, a única que manteve o conceito de escritura no título foi a mexicana, realizada por um de seus amigos jesuítas (ZEITLER, 2015).

limites do compreensível como o desafio do jogo. A história, para ele, permaneceu tensionada na indizível *heterologia*.<sup>12</sup>

De forma semelhante, a abordagem interpretativa que fizemos de seu pensamento, buscando realizar quase uma exegese do principal texto acerca da memória, possui limitações. Como afirmou Ian Buchanan (2000, p. 12), a grande erudição de Michel de Certeau, seu estilo truncado e poético de redigir, particularmente na obra *Invenção do Cotidiano*, faz de sua leitura uma perspectiva sempre parcial das suas teorias. Ainda assim, corremos o risco, pois “só existe história onde há um preço a pagar” (CERTEAU, 1996, p. 196).

## REFERÊNCIAS

- AHEARNE, Jeremy. **Michel de Certeau**: interpretation and its other. California: Stanford University Press, 1995.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BOCCHETTI, André. Entre golpes e dispositivos: Foucault, Certeau e a constituição dos sujeitos. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, p. 43-56, 2015.
- BUCHANAN, Ian. **Michel de Certeau**: cultural theorist. New York: Sage Publications, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**: procedido de três estudos sobre etnologia Cabila. Oeiras: Celta, 2002.
- CAPINAN, José C. **Inquisitoriais**: poemas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

<sup>12</sup> Ao considerá-la assim, Certeau propõe “a tarefa de tornar pensável uma sociedade em sua dimensão de heterogeneidade, de restituí-la a si mesma nas beiradas em que ela se origina e se perde em sua própria ausência, além de participar tecnicamente do trabalho comum de metamorfosear essa alteridade em lendas” (2011, p. 184-185).

CARBONELL, Charles O. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987.

CERTEAU, Michel de. Un interview avec Michel de Certeau (with Laura Willet). **Traverses**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 1983a.

CERTEAU, Michel de. Traverses: une interview avec Michel de Certeau (with Laura Willet. UCLA (USA), **Paroles Gelées**, v.1, n.1, p. 1-13, 1983b.

CERTEAU, Michel de. **The Writing of History**. New York: University of Columbia Press, 1988.

CERTEAU, Michel de. Psicanálise e História. In: LE GOFF, J. e CHARTIER, R. (org.). **A nova História**. Coimbra: Editora Almedina, 1990. p. 533-543.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. O riso de Foucault. In: CERTEAU, Michel. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011a. p. 117-130.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011b.

CERTEAU, Michel de. **A fábula mística (vol. II)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Lisboa: Edições Europa-América, s/d.

DOSSE, François. **Michel de Certeau** – Le marcheur blessé. Paris: La Découverte, 2002.

DOSSE, François. **O império do sentido**: a humanização das Ciências Humanas. São Paulo: Edusc, 2003.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. *In*: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. v. 1. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 9-32.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2013.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História**: novos problemas. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MAIGRET, Éric. Les trois héritages de Michel de Certeau: un projet éclaté d'analyse de la modernité. **Annales**: Histoire et Sciences Sociales, Paris, v.55, n.3, 2000. p. 511-549.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, 1983. p.7-28.

QUADROS, Eduardo G. A vivência religiosa como objeto da História das Religiões: uma leitura de Michel de Certeau. **Impulso**: Revista de Ciências Sociais e Humanas, Piracicaba, v. 15, n. 37, 2004. p. 101-109.

QUADROS, Eduardo G. No princípio, um lugar: a arqueologia religiosa de Michel de Certeau. **História Revista**, Goiânia, v. 12, n. 1, jan.-jun. 2007. p. 81-96.

RICOEUR, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

WARD, Graham (ed.). **The Certeau reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

WHITE, Hayden. Storia mística. **Discipline Filosofiche**, Bologna, ano XVIII, n. 1, p. 35-45, 2008.

ZEITLER, Tomás E. Cuarenta años de La Escritura de la História. **Historiografías**, Zaragoza, n. 9, p. 65-80, 2015.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Formado em Historia pela Universidade Católica do Salvador e em Teologia pelo Instituto Teológico da Bahia. Cursou o Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo e o Doutorado em História pela Universidade de Brasília. Atualmente, é professor da Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Pós-graduação em Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP). Possui pesquisas em História do Cristianismo e na área de Teoria da História. É membro do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), da Associação Brasileira em História das Religiões (ABHR) e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Atualmente cursa o pós-doutorado na PUC Minas com pesquisa sobre o catolicismo no golpe civil-militar de 1964.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Escola de Formação de Professores e Humanidades, Rua 227, Qd. 66, 5º andar, Setor Universitário Goiânia – GO, 74.610-155, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

### APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

### MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Temístocles Cezar – Editor-chefe.

Ana Carolina Barbosa Pereira – Editora executiva.

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Eduardo Gusmão de Quadros.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 4 de novembro de 2020.

Alterado em: 05 de abril de 2021.

Alterado em: 31 de maio de 2021.

Alterado em: 16 de novembro de 2021.

Aprovado em: 30 de novembro de 2021.